

# Educação/Formação de Adultos nas Associações: Iniciativas popularmente promovidas ou socialmente organizadas?

Paula Guimarães

Olívia Santos Silva

Amélia Vitória Sancho

## Introdução

Este artigo teve como base de trabalho o primeiro relatório da investigação portuguesa relativa ao projecto *Educação de Adultos Popularmente Iniciada/PIAE (Popularly Initiated Adult Education)*. Constitui uma primeira análise descritiva dos dados recolhidos até Dezembro de 1998.

Esta investigação insere-se num projecto desenvolvido por três universidades europeias: Universidade do Minho, através da Unidade de Educação de Adultos, Universidade de Cork na Irlanda (University College of Cork – Centre for Adult and Continuing Education) e Universidade de Linköping, através do Centro para Educadores de Adultos, na Suécia. Com a duração prevista de três anos, este estudo é financiado pela União Europeia ao abrigo do Programa Sócrates.

# 1

## Tema da Investigação

As sociedades contemporâneas, nomeadamente as ocidentais, vivem tempos de mudanças constantes, provocadas pelas mais diversas alterações tecnológicas, científicas, políticas, económicas e sociais. Estes tempos de *modernidade tardia* (GIDDENS, 1996) são constituídos de riscos e perigos para os cidadãos, mas também de oportunidades, de vivências que, no passado, eram inimagináveis. A globalização, fenómeno incontrolável e irreversível, produz efeitos, em todos os domínios da sociedade, com consequências ainda dificilmente previsíveis que, no entanto, alguns analistas, inúmeras vezes pessimistas, vão antecipando. Esses efeitos acentuam as desigualdades, induzindo sociedades cada vez mais duais. São, também, visíveis as alterações profundas na natureza, organização e qualidade do emprego, em que a fórmula “*job versus work*” parece ganhar crescente significação, e, como consequência, levam a ampliar as bolsas de pobreza e exclusão social. Assiste-se, concomitantemente, à emergência de um novo sistema de valores e à recuperação de outros, mais tradicionais e esquecidos, capazes de configurar um quadro de estabilidade emocional e social para os cidadãos. Por outro lado, revelam-se ao investigador novos comportamentos sociais, localmente contextualizados e suportados por atitudes de participação, emancipação e cidadania.

A “sociedade do conhecimento” ou a “sociedade da informação” produz consequências que não têm conhecido, do ponto de vista político, educativo e social, seja da responsabilidade do Estado, seja da iniciativa da sociedade civil, medidas concertadas com vista a criar um movimento de fundo de educação e formação ao longo da vida. Esta situação tem multiplicado as formas de exclusão social, entre as quais a designada por “info-exclusão”.

Este mundo particular em que hoje se vive condiciona os processos educativos, convocando e possibilitando diferentes tipos de aprendizagens. Aos adultos, perante todas as mudanças e consequências de uma nova ordem social, são exigidos a aquisição de novos conhecimentos, capacidades e competências cada vez mais adaptáveis e transferíveis, o enriquecimento

pessoal, mas também uma maior participação nos grupos, na cultura, na vida social e política.

Neste contexto, conhecer formas pelas quais as pessoas tentam resolver os seus problemas e necessidades educativas, revela-se um desafio. A esperada diversidade de situações e actividades de formação e educação que poderemos encontrar, de acordo com os diferentes contextos sociais, económicos, culturais e políticos onde são iniciadas e desenvolvidas, formata um quadro de investigação que se revela fundamental para as três Universidades que o implementam. Tendo as instituições de ensino como principais objectivos o ensino e a investigação em áreas específicas do conhecimento, em particular nas Universidades, reconhece-se hoje a tendência para o estudo de processos sociais e educativos em desenvolvimento. No entanto, a informação disponível, assim como as análises e interpretações que podem ser encontradas, são factos recentes, pelo que ainda não possibilitaram reflexões científicas em grande número.

Desta forma, neste projecto de investigação pretende-se a identificação e análise de processos educativos iniciados por adultos nas diferentes áreas sociais e culturais. Estes objectivos passam pelo conhecimento e estudo de acções de educação/formação de adultos de tipo não-formal, formas inovadoras de conceber, de iniciar e de realizar a formação, nas quais os participantes envolvidos se auto-organizam ou, pelo menos, assumem uma intervenção activa em termos de selecção de objectivos e de conteúdos, de criação e/ou adaptação de métodos e de estratégias de aprendizagem, de produção própria de materiais, de regras de funcionamento e de avaliação, de auto-formação ou de formação cooperativa, entre outras. Os contextos de realização destas acções podem ser diversos, desde associações, cooperativas, grupos organizados de cidadãos ou simplesmente projectos localizados, com ou sem financiamento do Estado, oficialmente aprovados/reconhecidos ou não.

Trata-se, desta forma, de identificar e analisar modos de participação dos cidadãos na vida pública, nos quais podemos encontrar iniciativa, envolvimento, autonomia e responsabilidades individuais e colectivas na construção democrática. É nosso propósito, assim, estudar iniciativas de participação social,

cultural e política que promovam a *democratização da democracia* (LIMA, 1995). Em sentido mais amplo, pretende-se analisar a natureza, a amplitude e a densidade das relações que se estabelecem entre o Estado, no seu papel de regulação social, e os movimentos emergentes no seio da sociedade civil, designados genericamente de iniciativas de educação/formação de adultos popularmente iniciadas<sup>1</sup>.

Para o desenvolvimento desta investigação, construiu-se uma estratégia de recolha e análise de informação, tendo por base os seguintes instrumentos: um levantamento, tão exaustivo quanto possível, de entidades promotoras; um questionário distribuído por via postal a instituições/projectos que desenvolvam ou tenham desenvolvido actividades ou iniciativas de educação/formação de adultos; um *forum* nacional onde representantes das associações, dos projectos, das instituições, apresentem as actividades e iniciativas de educação/formação de adultos; o estudo de casos de algumas dessas instituições e actividades entendidas como inovadoras; a divulgação e transferibilidade de alguns dos métodos e estratégias considerados inovadores para outros contextos sociais e educacionais, tendo em conta as respectivas diversidades e especificidades.

Como já referimos, este projecto de investigação está a ser desenvolvido em três universidades europeias. No caso português, a equipa de investigação é coordenada a partir da Unidade de Educação de Adultos, da Universidade do Minho, por Licínio C. Lima, com a participação de Amélia Vitória Sancho e Paula Guimarães, de Almerindo Janela Afonso do Instituto de Educação e Psicologia da mesma Universidade, de Luis Areal Rothes, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e de Olívia Santos Silva, do Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos, sediado em Lisboa.

## 2\_

### As Actividades Desenvolvidas

O projecto de investigação foi concebido no início de 1997 e a 28 de Janeiro foi submetido ao Programa Sócrates – Subprograma de Educação de Adultos pela Universidade de Linköping, que coordena o estudo. Este primeiro documento consistiu numa breve apresentação do estudo que se pretendia desenvolver nos três países da União Europeia, das razões do seu interesse, de um cronograma no qual se definiam diversas estratégias de investigação, dos recursos humanos e materiais a envolver no estudo e de um orçamento.

Em Setembro de 1997, após aprovação do financiamento pela Comissão Europeia, iniciaram-se as reuniões de trabalho para definição da investigação e constituição das equipas.

#### Reuniões de trabalho

##### 1

##### Entre as diferentes universidades

Realizaram-se três reuniões entre as diferentes equipas de investigação. A primeira ocorreu na Universidade do Minho de 12 a 15 de Outubro de 1997. Este primeiro encontro contou com a participação de elementos da Universidade de Linköping e da Unidade de Educação de Adultos. Durante dois dias foram discutidos diversos aspectos relacionados com as pesquisas a implementar: o objecto de estudo, as estratégias de recolha de dados e as apresentações dos resultados.

Em Abril de 1998 (de 4 a 7 de Abril), deslocou-se a Braga o responsável pela equipa de investigação da Universidade de Cork, com o objectivo de tomar conhecimento do estudo implementado em Portugal e discutir alguns aspectos das pesquisas que estavam a ser desenvolvidas.

Ainda durante este mês (de 26 a 29 de Abril) deslocaram-se a Cork (Irlanda)

todos os elementos do diferentes grupos de trabalho, no sentido de discutir os dados recolhidos e definir estratégias de investigação a implementar até ao final do segundo ano do projecto.

## 2

Da equipa de investigação portuguesa

Realizaram-se diferentes reuniões de trabalho de Dezembro de 1997 ao final de 1998, nas quais participaram todos os elementos do grupo de investigação. Nestas sessões foram discutidos o tema do estudo e os seus objectivos, assim como se procedeu à selecção das estratégias de recolha de dados, nomeadamente a realização de um levantamento de instituições/projectos que desenvolvessem ou que tivessem desenvolvido actividades de educação/formação de adultos, e à discussão do primeiro instrumento a utilizar – um questionário. Nestas reuniões, analisaram-se ainda os dados recolhidos pelo inquérito, planificou-se a realização do *forum* e seleccionaram-se os estudos de casos a realizar em 1999.

## Apresentação do projecto de investigação

Este projecto foi apresentado a diferentes instituições públicas de ensino e formação de países da União Europeia no Seminário de *Contacto en Educación de Adultos*, realizado de 21 a 23 de Outubro de 1998, em Alcalá de Henares — Madrid (Espanha).

### 3

## Métodos de Investigação Seleccionados

Nesta investigação, seguiram-se dois tipos de estratégias de recolha de dados. A primeira consistiu no levantamento e identificação de actividades/ iniciativas de educação/formação de adultos inovadoras; na segunda, prevê-se o estudo de casos de actividades/projectos inovadores.

### A amostra

Os elementos do grupo de investigação realizaram um levantamento de instituições ou projectos de educação/formação de adultos a nível nacional, recorrendo a uma multiplicidade de procedimentos e fontes: referências que cada elemento possuía, contactos realizados com diversas instituições, como os governos civis, os centros de área educativa, as direcção regionais de educação ou ainda as comissões nacionais de programas financiados por fundos comunitários, como a Comissão Nacional do Programa LEADER ou a Comissão responsável pelo Projecto-Vida – Programa Quadro Prevenir. Na sequência destes contactos, foram identificadas mais de 700 instituições que promoviam ou tinham promovido acções de educação/formação de adultos, de actividades recreativas ou de animação cultural e comunitária.

### 3.1

#### O Inquérito por Questionário

Após a realização deste levantamento, para construir a amostra que seria constituída por instituições às quais seria enviado um questionário de administração directa, por via postal, definiram-se os critérios de selecção abaixo expostos.

### Critério da área de intervenção

Foram seleccionadas instituições cujas iniciativas se inscrevessem num vasto e diversificado leque de áreas de intervenção social, cultural, política e recreativa, capazes de identificar processos de educação/formação de adultos. Neste sentido, o conceito de educação de adultos adoptado permitia a inclusão de acções formais de ensino (alfabetização, ensino recorrente, formação profissional de adultos e jovens), assim como os processos não-formais de formação e de intervenção socio-educativa, nas áreas da saúde, da defesa do património, do ambiente, etc.

### Critério geográfico

A amostra foi constituída por instituições disseminadas por todo o território nacional. Contudo, registou-se que um maior número de instituições se situava a norte do país, como podemos observar pelo quadro I, devido à localização desta Universidade e do conhecimento que os elementos do grupo de investigação possuíam deste contexto geográfico.

A amostra deste estudo contemplava 350 instituições/projectos, às quais foi enviado um questionário.

**Quadro I**

Distribuição das instituições a inquirir de acordo com o critério geográfico

Regiões	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
N	272	35	25	9	3	4	2	350

### O questionário

O questionário inquiria sobre formas e actividades não escolares de educação/formação de adultos e era constituído por 48 questões, agrupadas em três blocos, distribuídas por 11 páginas. Destas perguntas, 27 eram questões

abertas pelas quais se inquiria sobre os objectivos e as áreas de formação, o perfil dos formandos e dos formadores, a existência de projectos de formação, os métodos pedagógicos utilizados, as dificuldades sentidas e os resultados esperados. Solicitava-se também a caracterização das iniciativas educativas, assim como a descrição do processo de tomada de decisões, da estrutura e gestão da acção e das formas de avaliação. Nas restantes 21 questões pretendia-se obter dados sobre a designação oficial da instituição, o seu endereço, o tipo de instituição, os principais órgãos, as entidades financiadoras dos projectos ou actividades e os recursos humanos. Estas perguntas estavam reunidas em três pontos: o primeiro e o segundo permitiam recolher dados sobre a caracterização da instituição e das actividades desenvolvidas no âmbito da educação/formação de adultos; num terceiro ponto, pretendia-se a descrição e análise de uma actividade/iniciativa considerada inovadora, quanto à concepção, à organização, aos métodos de formação e às formas de participação das pessoas.

Os questionários foram enviados entre 26 e 30 de Janeiro de 1998 e esperava-se a sua devolução até 27 de Fevereiro. Até Abril, foram devolvidos 82 questionários que foram analisados durante Junho e Julho de 1998.

De acordo com as normas estabelecidas no interior da equipa do projecto português, as respostas aos questionários foram consideradas como um primeiro dispositivo de selecção dos casos a estudar.

### 3.2

#### Os Casos a Estudar: Selecção das Iniciativas

A análise dos dados dos questionários permitiu a organização de uma reunião com as instituições respondentes com o objectivo de se proceder à selecção de algumas actividades relevantes e popularmente iniciadas que pudessem ser estudadas num futuro próximo. Neste sentido, foi organizado um *forum* no qual participaram representantes das instituições/projectos que, nas respostas ao questionário, descreveram e analisaram acções que consideraram inovadoras do ponto de vista da educação/formação de adultos.

## O Forum de Iniciativas Popularmente Iniciadas

O inquérito por questionário permitiu a identificação e caracterização de instituições e iniciativas que foram apresentadas num *forum*, realizado a 19 de Setembro, no edifício da Universidade do Minho (Gualtar, Braga). Foram objectivos desta reunião detalhar, especificar e clarificar o conhecimento acerca das entidades respondentes e seleccionar alguns casos de actividades inovadoras que pudessem ser estudados. Foram convidadas para participar nesta reunião todas as instituições que, ao responderem ao questionário, caracterizaram uma iniciativa inovadora, num total de 48. Contudo, participaram 20 representantes de instituições/projectos.

As iniciativas foram apresentadas e discutidas em 4 grupos, coordenados por diferentes elementos do Grupo de Trabalho deste projecto de investigação, apoiados pelos seguintes colaboradores: Eugénio Adolfo Silva e Manuel António Silva, do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, e Luís Mesquita da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

O método de trabalho adoptado incluiu a apresentação de 5 a 6 iniciativas em cada grupo, dispondo cada representante das instituições/projectos de 15 a 30 minutos para abordar a actividade escolhida. Após as exposições, registou-se a discussão das acções expostas nos grupos e em plenário, com a presença de todos os participantes.

Os dados obtidos permitiram um conhecimento mais aprofundado das actividades, as suas dimensões inovadoras e a estrutura organizacional das instituições/projectos representados. Através destas informações foi possível a selecção de casos que, dado apresentarem características distintas, serão estudados durante o ano de 1999.

## 4 . Análise dos Dados Relativos ao Questionário

### Caracterização da Amostra

A amostra deste estudo foi constituída por 350 instituições, às quais foi enviado um questionário. Foram devolvidos preenchidos um total de oitenta e dois questionários, sendo a taxa de retorno de 23,4%. Destes, quarenta e oito questionários encontravam-se totalmente preenchidos, com respostas às questões que constituíram as primeira, segunda e terceira partes. Dos restantes, quinze estavam preenchidos na primeira parte (Caracterização da Instituição) e dezanove apresentavam respostas nas primeira e segunda partes (Caracterização da Instituição no âmbito da Educação/Formação de Adultos) <sup>2</sup>.

**Quadro II**

Distribuição dos questionários enviados e devolvidos preenchidos

	N	%
Questionários enviados	350	100
Questionários devolvidos com preenchimento	82	23,4

**Quadro III**

Distribuição dos questionários devolvidos preenchidos nas 1.ª, 2.ª e 3.ª partes

	N	%
Questionários devolvidos com preenchimento	82	100
Na I Parte	15	59
Na I e II Partes	19	23
Na I, II e III Partes	48	18

## Quem respondeu ao questionário

Os questionários foram respondidos, na sua maioria, por mulheres, tal como nos mostra o quadro IV.

**Quadro IV**

Distribuição das frequências relativas ao sexo dos respondentes

Sexo dos respondentes	N
Mulher	40
Homem	37
Sem referência	5
Total	82

A maioria dos respondentes era constituída por indivíduos que ocupavam cargos de direcção ou presidência na instituição, apresentando as categorias *Técnico* e *Tesoureiro/Secretário* menor significado. Também constatámos que relativamente aos dirigentes vinte e oito eram homens e vinte e duas eram mulheres, enquanto que na categoria *Técnico* todos os indivíduos eram mulheres, num total de catorze, e na categoria *Tesoureiro/Secretário* a maioria (nove respondentes) era do sexo masculino e quatro pessoas eram mulheres.

**Quadro V**

Distribuição dos respondentes de acordo com o cargo que ocupavam na instituição

Cargo	N	Sexo dos respondentes	
		Homem	Mulher
Direcção	50	28	22
Técnico	14	–	14
Tesoureiro/Secretário	13	9	4
Sem referência	5	5*	
Total	82	37	40

\* Não foi especificado o género.

Do ponto de vista geográfico, as instituições inquiridas distribuíam-se da seguinte forma <sup>3</sup>: sessenta e duas instituições localizavam-se na zona norte do

país, dez em Lisboa e Vale do Tejo e sete situavam-se no Centro. As restantes regiões encontravam-se pouco representadas neste estudo, uma vez que uma instituição estava localizada no Alentejo, uma no Algarve e uma nos Açores <sup>4</sup>.

**Quadro VI**

Distribuição das instituições respondentes por região

Região na qual se situava a instituição inquirida	N
Norte	62
Lisboa e Vale do Tejo	10
Centro	7
Alentejo	1
Algarve	1
Açores	1
Total	82

Relativamente às instituições

As instituições sobre as quais nos foi fornecida informação eram, na maioria, associações privadas sem fins lucrativos (num total de trinta e nove), e instituições privadas de solidariedade social (vinte e quatro). Os restantes tipos de instituições apresentavam valores com menor significado.

**Quadro VII**

Distribuição das instituições de acordo com os diferentes tipos

Tipo de instituição	N
Associação Privada sem Fins Lucrativos	39
Instituição Privada de Solidariedade Social	24
Agrupamento/Associação de Empresas	2
Organismo da Administração Pública	3
Escola	2
Casa do Povo	1
Sem referência	11
Total	82

A maioria das instituições respondentes foi criada após o 25 de Abril de 1974, em particular após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

### Quadro VIII

Distribuição das datas de criação das instituições

Ano da criação	N
Antes do Estado Novo	2
Durante o Estado Novo	10
De 1974 a 1986	17
Após 1986	43
Sem referência	10
Total	82

Ao compararmos o tipo de instituição com o ano de criação das instituições inquiridas, verificámos que, na generalidade dos casos, o maior número situou-se no período após 1986.

### Quadro IX

Distribuição das instituições respondentes de acordo com o tipo e com a data de criação

Tipo de instituição	Ano de Criação			
	Antes do Estado Novo	Durante o Estado Novo	De 1974 a 1986	Após 1986
Associação Privada sem Fins Lucrativos	1	8	9	20
Instituição Privada de Solidariedade Social	1	2	7	12
Agrupamento/Associação de Empresas	–	–	–	1
Organismo da Administração Pública	–	–	–	3
Casa do Povo	–	–	1	–
Sem referência	17			
Total	82			

As principais actividades desenvolvidas pelas instituições inquiridas prendiam-se com a acção social (referida por vinte e quatro instituições), com as acções recreativas (mencionadas por dezoito instituições), com a formação e o ensino (por quinze), o desenvolvimento local (indicado por catorze), e as actividades desportivas (por oito entidades). Outras actividades, como a investigação, a cooperação, a fiscalização e a manutenção de um corpo de bombeiros, foram referidas por seis instituições.

#### Quadro X

Principais actividades desenvolvidas pelas instituições

Principais actividades desenvolvidas pelas instituições	N
Acção Social	24
Recreativas	18
Formação/Ensino	15
Desenvolvimento Local	14
Desportivas	8
Outras	6
Sem referência	4

Relativamente a outras acções que as instituições desenvolvessem ou tivessem desenvolvido, referimos que as actividades recreativas, a formação e o ensino foram as mais indicadas (por trinta e três instituições e por vinte e duas respectivamente). A acção social e o desenvolvimento local foram áreas de intervenção mencionadas por onze instituições cada, enquanto acções como o desporto, a cooperação nacional e internacional, ou ainda a actividade editorial, a defesa do património ou a gestão foram referidas por um número menor. Ainda, um número significativo de instituições não indicaram outras actividades que pudessem ter desenvolvido.

**Quadro XI**

Outras actividades desenvolvidas pelas instituições

<b>Outras actividades desenvolvidas</b>	<b>N</b>
Recreativas	33
Formação/Ensino	22
Ação Social	11
Desenvolvimento Local	11
Desportivas	9
Cooperação Nacional e Internacional	6
Outras	6
Sem referência	29

Quanto à estrutura organizacional das instituições inquiridas, verificámos que estas possuíam, na generalidade dos casos, Direcção/Presidência (indicada por sessenta e sete), Conselho Fiscal (por quarenta e sete) e Assembleia Geral (por quarenta e cinco). Relativamente a outros órgãos, estes surgiram em número menor.

**Quadro XII**

Principais órgãos das instituições

<b>Órgãos</b>	<b>N</b>
Direcção/Presidência	67
Conselho Fiscal	47
Assembleia Geral	45
Conselho Administrativo	10
Departamento Técnico	9
Conselho Consultivo	3
Conselho Pedagógico	3
Outros	2
Sem referência	6

O Departamento Recreativo e/ou Desportivo e o Departamento Técnico (de gestão, financeiro, de formação ou pedagógico) foram os outros órgãos mais

apontados pelas instituições (por trinta e vinte e oito instituições respectivamente). Os outros órgãos referidos apresentavam menor significado. No entanto, foi relevante o número de instituições (num total de trinta e sete) que não referiram quaisquer outros órgãos.

**Quadro XIII**

Outros órgãos das instituições

<b>Outros órgãos</b>	<b>N</b>
Departamento Recreativo/Desportivo	30
Departamento Técnico	28
Departamento de Acção Social	8
Conselho (Fiscal ou Pedagógico)	4
Outros	8
Sem referência	37

As instituições tinham em desenvolvimento dois grandes tipos de projectos: acções de formação (referidas por trinta e duas instituições), e actividades recreativas (mencionadas por trinta). Actividades de acção social, os projec-

**Quadro XIV**

Principais projectos ou actividades que estavam em curso nas instituições

<b>Projectos ou actividades</b>	<b>N</b>
Formação	32
Actividades Recreativas	30
Acção Social	17
Construção/Instalação de Infraestruturas	14
Desenvolvimento de Programas (comunitários ou outros)	14
Actividades Desportivas	6
Desenvolvimento Local	7
Actividade Editorial	6
Outras	2
Sem referência	11

tos, como a construção ou/e instalação de infraestruturas, e o desenvolvimento de programas de apoio financeiro, como os comunitários ou outros, foram referidos por um menor número de instituições, enquanto que actividades de desporto, de desenvolvimento local e animação comunitária, intervenção e defesa do património ou do ambiente, ou editoriais, apresentavam valores menos significativos.

As autarquias foram as instituições mais apontadas relativamente ao apoio prestado às diferentes iniciativas. Os programas de apoio com verbas da União Europeia ou nacionais, foram referidos por vinte e uma instituições, assim como o Instituto de Emprego e Formação Profissional que também foi mencionado por um número importante de instituições (num total de dezoito). Outras instituições foram menos indicadas. Referimos, no entanto, que na categoria *Outros* surgiram instituições muito diversificadas que só foram encontradas nas respostas ao questionário uma vez ou eventualmente duas. Foram elas o INATEL, o Instituto Português do Ambiente, as Comissões de Coordenação das Regiões, o Ministério da Saúde, as Universidades, o Ministério da Administração Interna e ainda o Ministério da Economia.

#### QUADRO XV

Instituições/programas que apoiaram iniciativas

Instituições ou programas	N
Autarquias (Câmara ou Junta de Freguesia)	40
Programas de Financiamento (comunitários ou nacionais)	21
Instituto do Emprego e Formação Profissional	18
Entidades Privadas (por ex. fundações)	15
Coordenação Concelhia, Direcção Reg. de Educação e outras ligadas ao M.da Educ.	14
Centro Regional de Segurança Social	13
Instituto Português da Juventude	12
Governo Civil	9
Outros	28
Sem referência	15

Relativamente aos recursos humanos, verificámos que a maioria das instituições possuía pessoal dirigente não remunerado (em número de sessenta e seis). Destas, vinte e quatro apresentavam entre uma a cinco pessoas dirigentes, enquanto dezassete tinham de seis a dez dirigentes. As instituições com pessoal dirigente remunerado apresentavam valores menos significativos.

#### Quadro XVI

Recursos humanos das instituições:  
pessoal dirigente não remunerado

Pessoal dirigente não remunerado	N
Instituições que não possuíam	7
Instituições que possuíam	66
Sem referência	9

#### Quadro XVII

Distribuição do número do  
pessoal dirigente não remunerado

N.º de pessoas indicado	N
Até 5	24
De 6 a 10	17
De 11 a 15	9
Mais de 15	4

Quanto às instituições que possuíam formadores próprios, verificámos que o seu número (vinte e seis) era inferior às que afirmaram que não possuíam esse tipo de técnicos (num total de quarenta e quatro). Das instituições que possuíam formadores próprios, constatámos que este grupo era, na maioria dos casos, pequeno (até cinco elementos).

**Quadro XVIII**

Recursos humanos das instituições:  
formadores próprios

<b>Formadores próprios</b>	<b>N</b>
Instituições que não possuíam	26
Instituições que possuíam	44
Sem referência	12

**Quadro XIX**

Distribuição do número de formadores próprios

<b>N.º de pessoas indicado</b>	<b>N</b>
Até 5	24
Mais de 5	17

Quarenta instituições apresentavam animadores/pessoal técnico remunerado, enquanto que trinta e três afirmavam que não. Das instituições que responderam afirmativamente, a maioria dispunha de cinco ou menos técnicos deste tipo. As outras categorias eram menos significativas.

**Quadro XX**

Recursos humanos das instituições:  
animadores/pessoal técnico remunerado

<b>Animadores/pessoal técnico remunerado</b>	<b>N</b>
Instituições que não possuíam	33
Instituições que possuíam	40
Sem referência	9

**Quadro XXI**

Distribuição do número de animadores/pessoal técnico remunerado

N.º de pessoas indicado	N
Até 5	21
De 6 a 10	3
Mais de 10	3

Verificámos que trinta e cinco instituições recorriam a formadores externos remunerados, enquanto que trinta e sete indicaram que não recorriam. Das instituições que dispunham de formadores externos remunerados, constatámos que o número de formadores variava, apresentando diferenças relevantes, apesar do grupo maior de instituições se situar entre as que utilizavam até cinco formadores externos.

**Quadro XXII**

Recursos humanos das instituições:  
formadores externos remunerados

Formadores externos remunerados	N
Instituições que não possuíam	35
Instituições que possuíam	37
Sem referência	9

**Quadro XXIII**

Distribuição do número de formadores externos remunerados

N.º de pessoas indicado	N
Até 5	11
De 6 a 10	6
De 11 a 15	2
De 16 a 35	2
Mais de 35	1

Quanto às instituições que recorriam a formadores externos voluntários, verificámos que eram quarenta e sete, enquanto que vinte e duas afirmaram que não optavam por estes técnicos nessa situação. Das instituições que dispunham de formadores externos voluntários, constatámos que o grupo destes era pequeno, uma vez que podia ir até cinco pessoas.

#### Quadro XXIV

Recursos humanos das instituições:  
formadores externos voluntários

Formadores externos voluntários	N
Instituições que recorriam	47
Instituições que não recorriam	22
Sem referência	13

#### Quadro XXV

Distribuição do número de formadores externos voluntários

N.º de pessoas indicado	N
Até 5	26
Mais de 5	4

Relativamente a outros recursos humanos que as instituições poderiam recorrer ou possuir, constatámos que se enquadravam em áreas de trabalho muito distintas, de acordo com a especificidade das instituições e/ou projectos. Os mais referidos foram os seguintes: animadores comunitários e técnicos administrativos (por seis instituições); e os técnicos (por cinco). Também, foram mencionados uma educadora de infância, uma assistente social, assim como um escritor, um realizador, um cenógrafo, um consultor, um cozinheiro, um bombeiro ou um auxiliar.

Em resumo, o questionário enviado foi respondido maioritariamente por

mulheres, sendo o valor total ligeiramente superior a metade dos respondentes, e por pessoas que ocupavam cargos de direcção nas instituições/projectos.

Relativamente à totalidade dos questionários respondidos, a maioria reportou-nos para associações privadas sem fins lucrativos e instituições privadas de solidariedade social, situadas a norte do país e constituídas após 1986, ano da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Estas instituições/projectos apresentavam como principais órgãos de gestão e administração a presidência ou direcção, o conselho fiscal e a assembleia geral, registando-se em alguns casos a existência de outros departamentos (recreativos/desportivos ou técnicos).

As principais actividades geralmente desenvolvidas pelas instituições prendiam-se com a acção social, as iniciativas recreativas, a formação/ensino e as acções de desenvolvimento local. Quanto às actividades desenvolvidas no momento em que o questionário foi respondido, foram mencionadas as acções atrás indicadas, assim como outras ligadas com a construção/instalação de infraestruturas e o desenvolvimento de iniciativas relacionadas com a implementação de programas de apoio financeiro (nacionais ou comunitários).

Relativamente aos recursos humanos das instituições/projectos, a maioria dos dirigentes não auferia remuneração pelo trabalho desenvolvido, ao contrário dos formadores internos, dos animadores e do pessoal técnico. Cerca de metade das instituições indicaram possuir formadores externos remunerados, registando-se ainda o recurso a formadores externos voluntários.

Caracterização das 48 instituições/projectos que descreveram actividades inovadoras de educação/formação de adultos popularmente iniciada

Os questionários foram respondidos por um maior número de mulheres, tal como nos mostra o quadro XXVI.

**Quadro XXVI**

Distribuição das frequências relativas ao sexo dos respondentes

Sexo dos respondentes	N
Mulher	24
Homem	22
Sem referência	2
Total	48

A maioria dos respondentes era constituída por indivíduos que ocupavam cargos de direcção ou presidência na instituição, surgindo com menor peso as categorias *Técnico* e *Tesoureiro/Secretário*. Também, constatámos que, relativamente aos dirigentes, dezassete eram homens e catorze eram mulheres, enquanto que na categoria *Técnico* todos os indivíduos eram mulheres (num total de oito) e na categoria *Tesoureiro/Secretário* a maioria eram homens (quatro respondentes) e duas eram mulheres.

**Quadro XXVII**

Distribuição dos respondentes de acordo com o cargo que ocupavam na instituição

Cargo	N	Sexo dos respondentes	
		Mulher	Homem
Direcção	31	14	17
Técnico	8	8	–
Tesoureiro/Secretário	6	2	4
Sem referência	3	3*	
Total	48	24	21

\* Não foi especificado o género.

Do ponto de vista geográfico, as instituições distribuíram-se da seguinte forma<sup>5</sup>: trinta e cinco localizavam-se na zona norte do país, seis em Lisboa e Vale do Tejo e seis na região centro. Ainda, uma instituição situava-se no Algarve.

**Quadro XXVIII**

Distribuição das instituições/projectos inquiridas por regiões

<b>Região onde se situava a instituição</b>	<b>N</b>
Norte	35
Lisboa e Vale do Tejo	6
Centro	6
Algarve	1
Total	48

Relativamente às instituições/projectos

As instituições sobre as quais nos foi fornecida informação eram na maioria associações privadas sem fins lucrativos (num total de vinte) e instituições privadas de solidariedade social (num total de quinze). Os restantes tipos de instituições apresentavam valores com menor significado.

**Quadro XXIX**

Distribuição das instituições de acordo com os diferentes tipos

<b>Tipo de instituição</b>	<b>N</b>
Associação Privada sem Fins Lucrativos	20
Instituição Privada de Solidariedade Social	15
Agrupamento/Associação de Empresas	1
Organismo da Administração Pública	3
Escola	2
Sem referência	7
Total	48

A maioria das instituições inquiridas foram criadas após o 25 de Abril de 1974, em particular após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986.

**Quadro XXX**

Distribuição das datas de criação das instituições

Ano da criação	N
Antes do Estado Novo	–
Durante o Estado Novo	5
De 1974 a 1986	11
Após 1986	25
Sem referência	7
Total	48

Ao compararmos o tipo de instituição com o ano de criação das mesmas, verificámos que, em todos os tipos, o maior número foi criado no período após 1986.

**Quadro XXXI**

Distribuição das instituições respondentes de acordo com o tipo e com a data de criação

Tipo de instituição	Ano de Criação			
	Antes do Estado Novo	Durante o Estado Novo	De 1974 a 1986	Após 1986
Associação Privada sem Fins Lucrativos	–	4	6	10
Instituição Privada de Solidariedade Social	–	1	4	8
Agrupamento/Associação de Empresas	–	–	–	–
Organismo da Administração Pública	–	–	–	3
Casa do Povo	–	–	1	1
Sem referência	10			
Total	48			

As principais actividades desenvolvidas pelas instituições prendiam-se com a acção social (referida por doze), a formação e o ensino (indicados por doze), o desenvolvimento local (mencionado por dez) e as acções recreativas (referidas por nove). Outras iniciativas como as actividades desportivas, assim como a investigação, a cooperação, a fiscalização e o controlo, incluídas na categoria *Outras*, foram referidas por quatro instituições.

**Quadro XXXII**

Principais actividades desenvolvidas  
pelas instituições

<b>Principais actividades desenvolvidas pelas instituições/projectos</b>	<b>N</b>
Acção Social	12
Formação/Ensino	12
Desenvolvimento Local	10
Recreativas	9
Desportivas	4
Outras	4
Sem referência	4

Relativamente a outro tipo de actividades que as instituições/projectos desenvolvessem, referimos que as acções recreativas foram as mais indicadas (por vinte e três), e a formação e o ensino (por dezassete). O desenvolvimento local foi mencionado por nove instituições, enquanto que o desporto, a cooperação nacional e internacional, foram referidos por seis. As outras actividades mencionadas apresentavam valores menos significativos.

**Quadro XXXIII**

Outras actividades desenvolvidas pelas instituições

<b>Outras actividades desenvolvidas</b>	<b>N</b>
Recreativas	23
Formação/Ensino	17
Desenvolvimento Local	9
Desportivas	6
Cooperação Nacional e Internacional	6
Acção Social	4
Actividade Editorial	2
Defesa do Património	2
Sem referência	12

Quanto à estrutura organizacional, verificámos que as instituições possuíam, na generalidade dos casos, Direcção/Presidência (indicada por quarenta e duas), Conselho Fiscal (por vinte e oito), e Assembleia Geral (por vinte e cinco). Relativamente a outros órgãos, estes surgiram em menor número.

#### Quadro XXXIV

Principais órgãos das instituições

Órgãos	N
Direcção/Presidência	42
Conselho Fiscal	28
Assembleia Geral	25
Conselho Administrativo	6
Departamento Técnico	5
Conselho Consultivo	3
Conselho Pedagógico	3
Sem referência	2

Os Departamentos Técnicos (de gestão, financeiro, de formação ou pedagógico) e os Departamentos Recreativos foram os outros órgãos mais apontados pelas instituições (por dezassete e quinze instituições respectivamente). O Departamento Desportivo foi indicado em dez casos. No entanto, é relevante o número de casos (num total de dezasseis) que não referiram quaisquer outros órgãos.

#### Quadro XXXV

Outros órgãos das instituições/projectos

Outros órgãos	N
Departamento Técnico	17
Departamento Recreativo	15
Departamento Desportivo	10
Outros	5
Sem referência	16

As instituições apresentavam dois grandes tipos de projectos em curso: acções de formação (referidas por vinte e sete) e actividades recreativas (mencionadas por vinte e quatro). Actividades de acção social e o desenvolvimento de programas de apoio financeiro, como os fundos comunitários ou outros, foram indicados por um número menor de instituições, enquanto que o desporto, o desenvolvimento local, a construção e/ou a instalação de infraestruturas, a animação comunitária, a intervenção, a defesa do património ou do ambiente, ou as acções editoriais surgem-nos com valores menos significativos.

#### Quadro XXXVI

Principais projectos ou actividades em curso nas instituições

Projectos ou actividades	N
Formação	27
Actividades Recreativas	24
Acção Social	13
Desenvolvimento de Programas (comunitários ou outros)	10
Actividades Desportivas	6
Desenvolvimento Local	5
Actividade Editorial	5
Construção de Infraestruturas	4
Outras	2
Sem referência	3

As autarquias foram as instituições mais apontadas por apoiarem as diferentes iniciativas. Os programas de apoio com verbas da União Europeia ou nacionais foram referidos por quinze instituições/projectos, assim como o Instituto de Emprego e Formação Profissional surgiu mencionado por um número importante de instituições (num total de catorze) e os organismos dependentes do Ministério da Educação foram indicados por onze instituições. Na categoria *Outros* surgiram Universidades e Institutos Superiores Politécnicos, programas de financiamento e um sindicato.

**QUADRO XXXVII**

Instituições ou programas que apoiavam iniciativas

<b>Instituições ou programas</b>	<b>N</b>
Autarquias (Câmara ou Junta de Freguesia)	24
Programas de Financiamento (comunitários ou nacionais)	15
Instituto do Emprego e Formação Profissional	14
Coordenações Concelhias, Direcções Regionais de Educação, etc.	11
Outros Ministérios (Saúde, Ambiente, etc.)	9
Centro Regional de Segurança Social (Ministério da Solidariedade)	8
Instituto Português da Juventude	8
Entidades privadas ou fundações	8
Governo Civil	7
Outros	10
Sem referência	4

Relativamente aos recursos humanos, verificámos que a maioria das instituições possuía pessoal dirigente não remunerado (num total de trinta e oito). Destas, vinte e três dispunham entre uma a cinco pessoas dirigentes, e quinze apresentam de seis a dez dirigentes não remunerados.

**Quadro XXXVIII**Recursos humanos das instituições:  
pessoal dirigente não remunerado

<b>Pessoal dirigente não remunerado</b>	<b>N</b>
Instituições que não possuíam	5
Instituições que possuíam	38
Sem referência	5

**Quadro XXXIX**

Distribuição do número do  
pessoal dirigente não remunerado

<b>N.º de pessoas indicado</b>	<b>N</b>
Até 5	23
De 6 a 10	15
De 11 a 15	7
Mais de 15	1

Quanto às instituições que dispunham de formadores próprios, verificámos que o seu número (vinte) era inferior às que afirmavam que não possuíam tais técnicos (num total de vinte e duas). Das instituições que apresentavam tais técnicos constatámos que este grupo era na maioria dos casos pequeno – até um máximo de cinco elementos.

**Quadro XL**

Recursos humanos das instituições:  
formadores próprios

<b>Formadores próprios remunerados</b>	<b>N</b>
Instituições que possuíam	20
Instituições que não possuíam	22
Sem referência	6

**Quadro XLI**

Distribuição do número de formadores próprios

<b>N.º de pessoas indicado</b>	<b>N</b>
Até 5	16
Mais de 5	2

Vinte e cinco instituições/projectos apresentavam animadores/pessoal técnico remunerado, enquanto que dezassete afirmaram não os possuírem. Treze

instituições indicaram que se registava a existência deste pessoal, até um máximo de cinco elementos.

#### Quadro XLII

Recursos humanos:  
animadores/pessoal técnico remunerado

Animadores/pessoal téc. remunerado	N
Instituições que possuíam	25
Instituições que não possuíam	17
Sem referência	6
Total	48

#### Quadro XLIII

Distribuição do número de  
animadores/pessoal técnico remunerado

N.º de pessoas indicado	N
Até 5	13
De 6 a 10	3
Mais de 10	3

Verificámos que vinte e cinco instituições recorriam a formadores externos remunerados, enquanto dezoito indicavam que estes técnicos não eram utilizados. Das instituições que dispunham de tais profissionais, constatámos que o número destes variava apresentando diferenças relevantes, apesar do grupo maior se situar entre as que dispunham de um máximo de cinco formadores externos.

#### Quadro XLIV

Recursos humanos: formadores externos remunerados

Formadores externos remunerados	N
Instituições que possuíam	25
Instituições que não possuíam	18
Sem referência	5

**Quadro XLV**

Distribuição do número de formadores externos remunerados

<b>N.º de pessoas indicado</b>	<b>N</b>
Até 5	9
De 6 a 10	5
De 11 a 15	2
De 16 a 35	2
Mais de 35	1

Quanto às instituições que apresentavam formadores externos voluntários, verificámos que eram vinte e seis, enquanto que quinze afirmavam que não. Das instituições que recorriam a tais técnicos, constatámos que o grupo dos formadores era pequeno, uma vez que podia contar até cinco pessoas.

**Quadro XLVI**

Recursos humanos das instituições/projectos:  
formadores externos voluntários

<b>Formadores externos voluntários</b>	<b>N</b>
Instituições que recorriam	26
Instituições que não recorriam	15
Sem referência	7

**Quadro XLVII**

Distribuição do número de formadores externos voluntários

<b>N.º de pessoas indicado</b>	<b>N</b>
Até 5	13
Mais de 5	3

Relativamente a outros recursos humanos aos quais as instituições/projectos pudessem recorrer, verificámos que estes desenvolviam tipos de trabalho muito distintos. Os mais assinalados foram os técnicos ou técnicos administrativos (por seis) e os animadores comunitários (por quatro). Também, foram referidos uma educadora de infância, uma assistente social, assim como um escritor, um realizador, um cenógrafo, um consultor, um cozinheiro, um bombeiro ou um auxiliar.

Em síntese, os quarenta e oito questionários totalmente preenchidos foram maioritariamente respondidos por mulheres e por indivíduos que ocupavam cargos de direcção nas instituições. Contudo, o valor relativo dos respondentes do sexo masculino com cargos de direcção era superior ao valor relativo aos indivíduos do sexo feminino.

As instituições inquiridas situavam-se predominantemente no norte do país e, na generalidade, eram associações privadas sem fins lucrativos e instituições privadas de solidariedade social, criadas após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Nestas instituições desenvolviam-se iniciativas ligadas à acção social, à formação/ensino, ao desenvolvimento local e actividades de cariz recreativo.

Como já por nós foi afirmado, estas organizações eram constituídas por uma direcção, assim como por um conselho fiscal e uma assembleia geral. Em diversos casos existiam também departamentos técnicos e recreativos.

Quanto aos principais projectos em desenvolvimento, estes relacionavam-se com a formação, sendo as autarquias as instituições que mais apoiavam a implementação das iniciativas, embora também fossem indicados os financiamentos obtidos pelos programas comunitários, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e por diferentes departamentos do Ministério da Educação.

Na maioria dos casos, as instituições/projectos possuíam pessoal dirigente não remunerado, assim como em cerca de metade dos casos não se registava a existência de formadores próprios. Contudo, estas instituições possuíam animadores/técnicos remunerados, constituindo estes um pequeno grupo de

profissionais que não excedia na maior parte dos casos os cinco elementos. Recorriam, também, a formadores externos tanto remunerados como voluntários. Registámos, ainda, no grupo dos questionários nos quais eram descritas actividades inovadoras valores proporcionalmente mais elevados relativamente a instituições que afirmavam recorrer a formadores externos remunerados, donde parecer entender-se em diversos casos serem os especialistas, os técnicos, as pessoas com formação própria aqueles que introduziam mudanças nas actividades de educação/formação de adultos.

Comparando os dados mais significativos da caracterização da generalidade das instituições que responderam ao questionário (num total de oitenta e duas) e aquelas que afirmavam ter desenvolvido uma ou várias iniciativas de educação/formação de adultos inovadoras popularmente iniciadas (estes num total de quarenta e oito), verificámos não se registarem diferenças significativas entre estes dois grupos relativamente aos respondentes do questionário, aos seus cargos, aos órgãos das entidades e à data da criação das mesmas. Relativamente aos recursos humanos, a maioria das instituições apresentava um maior número de pessoal dirigente não remunerado e de formadores externos voluntários.

Contudo, se compararmos a totalidade das respostas com os quarenta e oito questionários nos quais eram descritas iniciativas inovadoras, constatámos que nestas últimas se registava um valor proporcionalmente mais elevado de instituições privadas de solidariedade social com data de criação posterior a 1986. Também, neste grupo não se encontravam entidades criadas no período anterior ao Estado Novo.

Relativamente às actividades desenvolvidas ou em desenvolvimento, nas quarenta e oito entidades inquiridas verificámos que os números de iniciativas recreativas e de acção social eram proporcionalmente menores, sendo mais elevado o valor relativo às actividades de formação/ensino.

Quanto aos apoios atribuídos às iniciativas, as autarquias, os programas internacionais e nacionais de financiamento e o Instituto de Emprego e Formação Profissional eram as entidades mais indicadas, embora nos quarenta e oito questionários fosse menor o apoio dado por instituições privadas.

Caracterização da instituição no âmbito da educação/formação de adultos

As instituições/projectos inquiridos definiram os seguintes objectivos como os mais relevantes nas suas acções:

#### Quadro XLVIII

##### Objectivos das acções implementadas

Objectivos	N
Relacionados com aquisição de conhecimentos, de informação e de saberes	38
De desenvolvimento de competências, de destrezas físicas, com relevo para a acção (tal como aprendizagem da utilização de equipamentos, criação de empresa ou realização de estágio)	29
De promoção da participação e da responsabilidade social, de conhecimento da autonomia social e individual	22
De promoção de actividades recreativas e desportivas, de iniciativas de lazer (desde visitas a acções pontuais de formação de curta duração)	12
De intervenção cultural (artística, arquitectónica, etc.), de dinamização de grupos socialmente excluídos e de minorias étnicas, de preservação de culturas tradicionais ou de "resistência"	9

Relativamente às áreas/conteúdos de formação sobre os quais incidiram as acções de formação, a defesa da cultura e do património ambiental e arquitectónico, a informação geral, a acção social e a formação para o mercado de trabalho e para o posto de trabalho foram as mais referidas pelas instituições inquiridas.

**Quadro XLIX****Áreas/Conteúdos da formação das iniciativas**

<b>Áreas/Conteúdos de formação</b>	<b>N</b>
Defesa da cultura, do património arquitectónico e ambiental, dos recursos locais e dos modos de produção tradicionais	26
Informação geral sobre as mais distintas áreas de conhecimento	17
Ação social, no apoio a crianças, jovens e idosos, e actividades de tempos livres	17
Formação para o mercado de trabalho ou para o posto de trabalho (formação de animadores, professores, etc.)	16
Relacionados com o ensino e a escolaridade obrigatória	13
Animação comunitária e desenvolvimento local	10
Desenvolvimento de iniciativas recreativas, desportivas e de ocupação de tempos livres	10
Novas tecnologias da informação, da comunicação, relacionadas com a arte ou com a transformação de novos materiais através de distintas técnicas de trabalho	7

Estes conteúdos foram seleccionados fundamentalmente pelas instituições/ projectos e pelos formandos.

**Quadro L****Responsáveis pela selecção das áreas/contenúdos da formação**

<b>Seleção das áreas/contenúdos da formação</b>	<b>N</b>
Pelas instituições, através de inquéritos, levantamento de necessidades, etc.	24
Pelos formandos	22
Por outras instituições, nomeadamente as financiadoras, no âmbito de parcerias ou devido a orientações políticas	7
Pelos formadores	7
Sem referência	4

Quanto aos destinatários, constatámos que a grande maioria era constituída por indivíduos de grupos sociais mais desfavorecidos, de entre os quais os profissionais e/ou socialmente excluídos, quer fossem jovens, adultos ou mulheres.

**Quadro LI**

## Destinatários das iniciativas

<b>Destinatários</b>	<b>N</b>
Jovens, Adultos e/ou mulheres profissional e socialmente excluídos, sem escolaridade obrigatória ou sem qualificação profissional ou ainda desempregados de longa duração	27
Profissionais de diferentes áreas, com diversos graus de habilitações académicas (licenciados, bacharéis ou técnico-profissionais), a frequentar acções de formação profissional ou em serviço	12
Todos (idosos, adultos, jovens, crianças, mulheres, homens, etc.)	8

Os formadores apresentavam, como características mais significativas, a capacidade de relacionamento, entendida enquanto envolvimento, comprometimento, disponibilidade e gosto pela formação. Possuíam formação específica na área em que realizavam a formação ou, ainda, formação de formadores. O facto de apresentarem formação na área ou experiência profissional anterior noutros projectos ou actividades, aparecia como menos significativo para as instituições/projectos inquiridas.

**Quadro LII**

## Características dos formadores/animadores das iniciativas

<b>Características dos formadores/animadores envolvidos nas iniciativas</b>	<b>N</b>
Capacidade relacional (envolvimento, comprometimento, disponibilidade e gosto pela formação)	25
Formação específica na área em que realizavam a iniciativa ou a formação de formadores	23
Ser profissional na área em que realizava a formação *	11
Possuir experiência noutros projectos ou noutras iniciativas com característica semelhantes	10

\* Por exemplo, ser técnico, técnico de serviço social, técnico superior, professor ou profissional liberal. No entanto, salientámos que nove instituições referiram que os seus formadores apresentavam como habilitação académica mínima o bacharelato ou a licenciatura, três mencionaram o 12.º ano, tendo unicamente uma instituição afirmado que, para os formadores que se encontravam envolvidos, a habilitação académica não era relevante.

De uma maneira geral, a caracterização da experiência da instituição inquirida foi vista como algo de positivo (sendo referida, por exemplo, como “com

interesse”, “positiva”, “com sucesso” ou ainda “boa”). Este tipo de caracterização, mais evasiva e menos específica, dificultou a categorização das respostas, facto que foi agravado pela diversidade das iniciativas descritas. Assim, uma experiência boa podia apresentar características diversificadas, dado que favorecia a inserção profissional dos formandos, permitia atingir grupos sociais diversificados, gerava uma maior independência financeira e pedagógica da instituição, levava à potenciação de recursos endógenos às comunidades, promovia um maior convívio ou facilitava a valorização pessoal e social dos formandos.

Algumas instituições/projectos mencionaram aspectos que nos permitiram pensar que apresentavam capacidade e criatividade para envolver recursos humanos, entre os quais formadores, animadores, formandos, equipas técnicas, etc., recursos materiais e financeiros ou que, em alguns casos, os seus âmbitos de acção ultrapassavam o local, podendo atingir o distrito ou a região.

Contudo, era claro o tempo de experiência das instituições/projectos: nove tinham sido criadas havia menos de dois anos, outras nove apresentavam mais de dois anos de experiências e seis instituições possuíam mais de dez anos de realizações.

Registou-se, também, nas respostas uma preocupação na contextualização das acções, sendo referidos os problemas locais e as necessidades das pessoas, nomeadamente dos formandos, como motivos para a implementação das iniciativas (referido por dezasseis instituições).

Relativamente às concepções, aos tipos de formação e às metodologias que tinham sido privilegiados nas iniciativas, vinte e cinco instituições/projectos referiram a preocupação pelo recurso a métodos pedagógicos que favorecessem a participação dos formandos. Vinte e três mencionaram a importância do desenvolvimento de iniciativas de educação/formação não-formais<sup>6</sup>. Esta característica foi indicada relativamente aos conteúdos, aos espaços e tempos de formação, aos objectivos e resultados esperados, assim como à diversidade de aprendizagens que eventualmente pudessem ocorrer.

Doze instituições/projectos apresentavam como critério para a adopção de determinadas metodologias a existência de uma maior relação entre a teoria e

a prática. Esta preocupação surgia expressa pela valorização de estratégias pedagógicas baseadas na demonstração, na prática simulada, no saber-fazer, na formação para o posto de trabalho e na formação qualificante. Neste sentido, também se registava a utilização de métodos pedagógicos que promovessem a relação e o acompanhamento entre o formador e o formando, pela tutoria ou pelo estágio, levando-nos a supor que a referência à contextualização das experiências de quem aprende e das suas histórias de vida, significava o respeito pelos ritmos de aprendizagem valorizada e promovida pela monitorização da formação e pela experimentação ou prática simulada.

Algumas instituições/projectos referiram ainda a realização de actividades de carácter formal (num total de oito), pelas quais se verificava o recurso a métodos directivos, de tipo tradicionais (em três casos), ou à articulação entre estratégias de formação mais tradicionais e outras mais inovadoras (em seis questionários). Esta articulação também podia passar pela combinação de formas mais próximas da educação não formal, tais como a metodologia de projecto ou o desenvolvimento de diferentes métodos de investigação sociológica que envolvessem trabalho empírico.

Quatro instituições/projectos mencionaram o recurso a métodos que envolviam novas tecnologias da informação e comunicação, desenvolvidas em momentos de formação individualizada (no caso da utilização da Internet) e de uma prática ou saber-fazer instrumentalizado (no caso dos cursos de informática).

Quanto aos aspectos que levaram as instituições a considerar que a formação que organizavam se afastava dos tipos escolares, vinte e nove instituições/

/projectos referiram que se registava uma maior preocupação com as pessoas, com os seus processos de formação, com a valorização pessoal, e menos com os conteúdos e os métodos de formação utilizados. A este propósito, foram referidos o acompanhamento que era efectuado aos formandos durante as iniciativas, a comunicação acessível, a promoção da motivação e da responsabilidade, assim como o recurso a estratégias de auto-formação.

Vinte instituições/projectos mencionaram também a organização do tempo e do espaço da formação como aspecto inovador, enquanto dezanove indica-

ram o modo pedagógico de organizar os grupos, pela relação educador/educando, pelo fomento do diálogo, pela partilha de saberes e pelo desenvolvimento de estratégias de integração profissional dos formandos.

O recurso a diferentes conteúdos, métodos pedagógicos e a uma distinta organização da formação, por módulos, por exemplo, tal como a valorização da prática na formação e a participação dos formandos, foram aspectos referidos por quatorze instituições/projectos, enquanto que dez indicaram a preferência por modalidades de formação distintas das tradicionais, menos directivas e *burocratizadas*.

Solicitou-se às instituições a inventariação de projectos/acções/dispositivos de formação já realizados ou em desenvolvimento que fossem considerados interessantes do ponto de vista da educação/formação de adultos. Pelas designações, foi-nos possível identificar oitenta e dois cursos ou acções de formação, estando, entre estas, incluídas trinta e oito iniciativas de formação profissional, vinte e seis actividades de formação de formadores, animadores ou dirigentes associativos, e dois cursos de alfabetização e do ensino recorrente. Foram, também, referidas doze actividades de tipo recreativo e quatro projectos de investigação. Não foram indicados projectos, mas foram efectuadas referências a acções inseridas em projectos de formação, intervenção ou animação socio-cultural.

Estas iniciativas destinavam-se fundamentalmente a diversos profissionais das mais distintas áreas (facto indicado por vinte e nove instituições). Dezanove instituições mencionaram iniciativas destinadas a jovens sem a escolaridade obrigatória, ou à população em geral (aspecto afirmado por treze instituições). Nove instituições/projectos referiram ainda que as iniciativas indicadas destinavam-se a mulheres, e três a adultos, desempregados ou desempregados de longa duração<sup>7</sup>.

### Caracterização das iniciativas inovadoras

Relativamente à escolha e à caracterização do exemplo mais inovador de educação/formação de adultos, quanto à concepção, organização, aos méto-

dos de formação e às formas de participação, vinte e oito instituições/ projectos indicaram cursos, cinco referiram projectos e outras cinco diversas iniciativas, como concursos, grupos de música e teatro e a dinamização de uma biblioteca.

Estas iniciativas foram promovidas pelas próprias instituições (facto referido por trinta e duas instituições), em parceria com outras entidades ou no âmbito de programas (aspecto indicado por quinze instituições).

Quanto ao período abrangido pelas iniciativas, quinze instituições indicaram o desenvolvimento das actividades entre as duas semanas e os três meses, treze instituições entre quatro meses e um ano, onze entidades referiram períodos superiores a um ano, e seis instituições/projectos indicaram actividades com uma duração curta, de uma hora até 35 horas ou uma semana.

Vinte e seis instituições caracterizaram a iniciativa seleccionada como curso ou acção de formação, enquanto que quinze referiram projectos, sendo ainda indicadas investigações, edições, revistas, etc. Relativamente aos cursos, alguns foram referidos como integrando modalidades de formação em que se registou a combinação teoria-prática, através da demonstração ou realização de tarefas, do desenvolvimento de estágios pela formação em contexto de trabalho ou pelo desenvolvimento de formas que se aproximam da formação-acção, com a implementação de trabalhos de investigação, reflexão sobre os resultados e processos, implementação de acções e avaliação crítica do que foi conseguido. Exemplos destes cursos foram as acções de formação que visavam a criação de emprego, em que o acompanhamento realizado pelos formadores ou outros com responsabilidades na organização da formação se mantinha durante e depois do processo formativo. Ainda, neste tipo de formação, foram indicadas catorze iniciativas como cursos ou acções de formação integradas em projectos.

Destacámos, também, dois tipos de iniciativas seleccionadas:

- de formação inicial ou geral, de sensibilização e informação sobre um determinado tema ou competências;
- de formação avançada, mais especializada, acções que se desenvolviam num maior número de horas, registando-se o recurso a diferentes estratégias de formação.

As fontes de financiamento indicadas para o desenvolvimento das iniciativas eram diversas. Vinte e seis instituições/projectos indicaram a atribuição de subsídios por parte de diversas instituições públicas, entre elas, as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, os Governos Cívicos, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as Coordenações Concelhias de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar, as Direcções Regionais de Educação, o Instituto da Juventude e a Direcção Geral de Acção Social. Vinte instituições/projectos referiram a candidatura a programas (ADAPT, NOW, YOUTHSTART, FOCO, FSE, PROFAP, LEADER, INTEGRAR, Programa Pessoa e outros ainda da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional). Seis instituições mencionaram como fonte de financiamento um pagamento efectuado pelos formandos no acto da inscrição, outras seis referiram que o financiamento foi realizado com verbas da própria instituição que desenvolveu a iniciativa, enquanto que quatro indicaram que o apoio foi efectuado por fundações ou outras entidades privadas.

Para além destas fontes de financiamento, as instituições/projectos indicaram também os apoios prestados por entidades privadas (referido por dez instituições), pelas autarquias (por sete instituições) e por departamentos do Ministério da Educação, como as Coordenações Concelhias de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar ou as Direcções Regionais de Educação.

Estes financiamentos foram essencialmente gastos em funcionamento, no pagamento de formadores e com a participação dos formandos.

#### Quadro LIII

##### Distribuição dos gastos

Gastos	N
Despesas de funcionamento (material de conservação, equipamento, rendas e alugueres, material didáctico, pagamento de serviços, etc.)	22
Pagamento a formadores	15
Pagamento da participação dos formandos (subsídios, pagamento de deslocações, material de apoio, visitas, etc.)	13
Sem referência	5

Quanto ao local de realização das iniciativas seleccionadas, trinta e oito desenvolveram-se tendo por base a freguesia ou o concelho. Catorze foram realizadas ao nível inter-concelhio e duas tiveram um âmbito nacional de desenvolvimento

No caso de vinte e uma iniciativas, o seu funcionamento decorreu diariamente, enquanto que dez iniciativas ocorreram semanalmente e quatro ocasionalmente. Por outro lado, a modalidade de funcionamento foi a diurna para dezanove iniciativas e para doze em horário pós-laboral.

Relativamente ao surgimento da ideia para o desenvolvimento da iniciativa seleccionada e da responsabilidade da sua realização, verificámos que na maioria dos casos a ideia surgiu da própria instituição e foi assumida pela mesma.

#### Quadro LIV

Distribuição das frequências relativas ao surgimento da ideia para o desenvolvimento da iniciativa

A ideia surgiu da parte ...	N
Da própria instituição	26
Dos formadores	9
Da instituição em parceria com outras instituições/projectos ou no âmbito de programas	8
Dos grupos de formandos	5
Sem referência	2

#### Quadro LV

Distribuição das frequências relativas ao assumir da iniciativa

A iniciativa foi assumida ...	N
Pela própria instituição (em alguns casos com o apoio da instituição que financiava)	37
Pelos formadores	10
Em parceria (com outras instituições/projectos de ensino/formação, com autarquias, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional)	5
Por outra instituição (Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar)	4

Relativamente à identificação das necessidades de formação, quarenta e uma instituições/projectos referiram que esta foi efectuada, enquanto que duas indicaram que não. Quanto à entidade que assumiu essa tarefa, vinte e cinco indicaram que a identificação foi desenvolvida pela própria instituição, dez mencionaram que foi realizada pela equipa pedagógica e dez indicaram a existência de um trabalho em parceria. Seis instituições referiram que esse acto foi realizado pelos próprios grupos de formandos, embora, nestes casos, se registasse o apoio da entidade organizadora ou da equipa pedagógica. A identificação das necessidades foi efectuada maioritariamente por levantamento (referido por dez instituições), nomeadamente através de inquéritos, (indicado por oito) e por contactos com a população (referidos por seis). Cinco instituições/projectos mencionaram também que foram desenvolvidas consultas a documentos estatísticos e outras cinco indicaram a realização de entrevistas. No entanto, no caso de sete iniciativas, registámos a combinação de diversas estratégias de identificação de necessidades.

Os objectivos seleccionados para as iniciativas prendiam-se com o desenvolvimento de conhecimentos e de competências técnicas, como a promoção da comunicação e das relações sociais, o fomento da cultura geral através do

#### Quadro LVI

##### Objectivos das iniciativas seleccionadas

Objectivos	N
Conhecer, saber	24
Desenvolver competências, aprender a fazer do ponto de vista técnico ou profissional, saber fazer	20
Saber ser e estar, educar para uma formação/educação permanente, promover a valorização pessoal e as relações sociais	16
Desenvolver a organização, a humanização de contextos de trabalho, melhorar a comunicação, potenciar acções e recursos endógenos	16
Melhorar a empregabilidade, criar empregos, formar para o posto de trabalho	16
Desenvolver o gosto pela investigação, aprender a implementar técnicas de investigação e aceder a novas tecnologias da informação e comunicação	13
Sem referência	4

conhecimento e da divulgação de tradições e defesa do património, assim como o desenvolvimento da própria organização, tal como podemos observar no quadro que segue. Registámos a existência de combinações de diversos tipos de objectivos em diferentes iniciativas.

Estes objectivos foram seleccionados pelas instituições organizadoras das actividades (no caso de vinte e seis iniciativas) e pelas equipas pedagógicas (referido por dezanove instituições), embora em alguns destes casos se registasse um trabalho prévio com a instituição organizadora. Os objectivos também foram definidos em parceria (facto indicado por onze instituições), por exemplo no caso de programas desenvolvidos com o apoio pedagógico e logístico do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar. Contudo, estas parcerias foram inicialmente estabelecidas com as Câmaras Municipais, no caso do desenvolvimento de programas com fundos comunitários ou de outras iniciativas sociais e culturais. Sete instituições mencionaram que os objectivos foram seleccionados pelos formandos, embora esta opção nunca tenha surgido isolada, registando-se sempre uma combinação com a entidade organizadora e/ou com a equipa pedagógica. Relativamente à forma de selecção dos objectivos, algumas instituições/projectos indicaram que foi de acordo com as necessidades ou o conhecimento das carências do grupo ou da comunidade. A realização de reuniões foi uma possibilidade indicada por duas instituições/projectos, enquanto que a realização de questionários ou entrevistas surgiu referida por outra instituição.

Na generalidade dos casos, verificou-se a elaboração de um projecto de educação/formação que serviu de base para o desenvolvimento da iniciativa seleccionada (em trinta e cinco casos).

Nos casos da existência de um projecto em educação/formação, este foi construído pela entidade organizadora da iniciativa (referido por dezanove instituições), foi desenvolvido pela equipa pedagógica (indicado em dezasseis situações), assim como se registou um trabalho conjunto entre a equipa pedagógica e a entidade organizadora (mencionado em sete casos). Outras sete instituições indicaram que o projecto foi construído em parceria, em alguns casos no âmbito de candidaturas a programas de financiamento.

Relativamente à forma como o projecto de educação/formação foi elaborado, algumas instituições/projectos referiram que a sua realização decorreu de acordo com as necessidades detectadas pela instituição, com os objectivos educativos previamente estabelecidos, ou com a orientação de empresas consultoras.

Treze instituições/projectos indicaram que houve selecção prévia dos conteúdos efectuada pela entidade organizadora da iniciativa, em alguns casos após a realização de inquéritos, levantamentos de necessidades ou a caracterização da comunidade. Onze instituições mencionaram que a selecção foi realizada pela organização que implementou a actividade e pelo(s) formador(es), enquanto que nove instituições/projectos indicaram que essa escolha foi efectuada pela equipa pedagógica. Também, sete instituições afirmaram a existência de parcerias na selecção dos conteúdos, por exemplo, com a Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar, tendo em conta os recursos humanos e materiais existentes e os objectivos pedagógicos da iniciativa, ou com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, em função de regras previamente estabelecidas. Uma instituição referiu ainda que a selecção dos conteúdos foi efectuada pela instituição financiadora.

Estes conteúdos apresentaram-se muito diversificados, versando sobre áreas distintas. Registámos a preocupação expressa por 16 instituições em abordar temas de informação geral, actividades que consistiram em acções de sensibilização. Referimo-nos, por exemplo, aos conteúdos nas acções relacionadas com *Higiene e Segurança no Trabalho, Animação Desportiva, Saúde e Higiene, S.I.D.A., Toxicodependência, Concepção, Implementação e Gestão de Projectos, etc..*

Por outro lado, verificámos a preocupação em abordar conteúdos que pudessem ser demonstrados, onde se registasse uma combinação entre as dimensões teórica e prática. Dezanove instituições indicaram temáticas com estas características, apontando para uma formação técnica e profissional. Foram exemplos desta situação os cursos profissionais e profissionalizantes, de restauro, conservação e remodelação de móveis, de apoio à população idosa ou a indivíduos com deficiências físicas e/ou psíquicas, a crianças, tal como de formação musical e artística e de defesa do património.

Sete instituições/projectos mencionaram conteúdos relacionados com a formação geral, de tipo escolar. Dez instituições apontaram áreas relacionadas com a cidadania, com o *Apoio ao Associativismo e Animação Cultural e Desportiva*. Em nove casos foram indicados temas de relacionamento interpessoal e comunicação, relacionados com a dimensão psicológica dos formandos, como a valorização pessoal, a motivação ou aprender a comunicar e a organizar grupos.

Para as iniciativas descritas, os resultados esperados foram distintos, dependendo do tipo de conteúdos ministrados ou dos objectivos da formação. No entanto, verificámos na generalidade das actividades a preocupação pelo desenvolvimento de competências e de atitudes (indicada por vinte e quatro instituições). Em dezanove casos descritos esperava-se a valorização pessoal dos formandos, enquanto que em dezassete iniciativas registámos a preocupação com a integração profissional dos formandos, nomeadamente pela melhoria da empregabilidade.

De entre outros resultados menos apontados, surgiram-nos a promoção da adesão das pessoas à formação (facto referido por cinco instituições) e a preservação e valorização do património e tradições locais (mencionado por cinco). Quatro instituições/projectos indicaram a introdução de mudanças a nível local, e três referiram a realização de um produto (trabalho, exposição, etc.).

Relativamente aos formandos/participantes seleccionados, em doze iniciativas foi dada preferência a jovens ou a jovens-adultos, em onze casos eram grupos heterogéneos, enquanto que em nove os participantes eram mulheres. Em nove outras actividades, os participantes eram desempregados, desempregados de longa duração, beneficiários do rendimento mínimo garantido ou domésticas. Em nove casos ainda, os participantes eram profissionais integrados numa empresa ou em vias de integração, licenciados ou técnicos, ou jovens-licenciados à procura do primeiro emprego.

Quanto à modalidade de selecção dos participantes, em dez casos existiam pré-requisitos de frequência, em cinco casos foram realizadas entrevistas e em três foram desenvolvidos contactos pessoais, havendo indicação de outra instituição ou uma proposta do próprio grupo de formandos. Em seis iniciativas não se registou qualquer tipo de selecção, tendo havido inscrições por parte dos formandos.

Os formadores foram escolhidos devido à sua experiência profissional anterior na área sobre a qual incidia a iniciativa de educação/formação de adultos (em vinte e quatro casos), tal como pelo facto de serem detentores de habilitação académica específica – licenciatura, bacharelato ou formação técnica e profissional – (em dezoito casos). Em dezasseis iniciativas, a escolha prendeu-se com a formação especializada que detinham ou competência pedagógica reconhecida oficialmente. Cinco instituições/projectos referiram, também, que os formadores possuíam experiência em projectos anteriormente desenvolvidos.

Relativamente às formas de trabalho adoptadas, registámos, na maioria dos casos, a combinação de métodos pedagógicos. Em vinte e três casos, verificámos a preocupação em introduzir uma componente prática, de acção, na formação, através do recurso ao método demonstrativo, a uma formação na qual se registre uma relação entre a teoria e a prática, ao desenvolvimento de estágios ou ainda a uma formação prática acompanhada, no caso da tutoria. Apesar de observarmos uma larga diferença entre a formação vinculada à acção, mas de perspectiva instrumental, e a formação que combinasse a reflexão e a acção, registámos trinta e oito indicações a esta concepção metodológica. Vinte instituições/projectos referiram o recurso a métodos participativos, baseados numa pedagogia activa, como o trabalho de grupo, o diálogo ou a partilha de saberes. Dez instituições mencionaram o recurso a estratégias de ensino tradicional, enquanto que oito apontaram métodos baseados na auto-formação e na formação individualizada. Seis instituições indicaram, também, o recurso a métodos de investigação (estudo de caso, investigação por levantamento, trabalho de projecto ou formação-acção), enquanto que outras seis referiram outras estratégias menos formalizadas, como as visitas de estudo.

As aprendizagens resultantes destes processos de formação foram, em vinte e nove casos, um maior desenvolvimento pessoal, social e profissional, com uma melhoria no desenvolvimento de relações sociais num grupo profissional, maior motivação, melhoria das capacidades de trabalho ou de competências e mudança de comportamentos relativamente a um contexto social ou profissional. Catorze instituições/projectos referiram uma maior participação dos formandos, pela mudança de comportamentos num contexto de educa-

ção política, de intervenção social, numa associação, num grupo social ou profissional ou até na família. Oito instituições apontaram que se registou uma melhoria no seio da própria instituição promotora da iniciativa, pelo conhecimento da realidade associativa, que favoreceu a identificação de necessidades de formação e o incremento de relações inter-institucionais. Também, quatro instituições/projectos mencionaram a ocorrência de partilha de saberes, de conhecimentos num grupo de formação, assim como três outras indicaram a obtenção de um certificado escolar ou profissional pelos formandos, o que representou o lado mais formalizado das aprendizagens.

As decisões relativas às iniciativas foram, em trinta e dois casos, tomadas pela entidade organizadora e, destes, doze instituições/projectos referiram que resultaram do trabalho com a equipa pedagógica. Dez instituições apontaram que as decisões foram tomadas em parceria e, em cinco destes casos com o apoio da equipa pedagógica. Oito instituições indicaram que as decisões foram tomadas pela equipa pedagógica, e destas cinco foram com a participação dos formandos.

Quanto à forma como foram tomadas as decisões relativas às iniciativas descritas, em dez casos foram realizadas reuniões. Em dois casos, as decisões foram tomadas de acordo com os objectivos da iniciativa e as características da área de intervenção da instituição.

Relativamente à existência de uma estrutura de organização e gestão específica, vinte e quatro instituições/projectos indicaram a direcção da entidade organizadora, em dez casos a equipa pedagógica, e num caso a existência de um avaliador externo. Também, doze instituições apontaram que esta estrutura de organização e gestão não existia.

Registou-se avaliação dos formandos de tipo qualitativo e quantitativo (em vinte e dois casos). A avaliação efectuada prendia-se com o trabalho desenvolvido, do projecto ou da actividade (em dezassete casos), pela avaliação contínua da iniciativa, com recurso a documentos escritos, por exemplo relatórios, pela observação directa ou pela apresentação pública de resultados. Também, foi efectuada avaliação da formação pelos formadores (em três casos), assim como uma avaliação do processo formativo efectuada pelos próprios educandos (noutros três).

A avaliação foi concebida e realizada pela equipa pedagógica (em quinze iniciativas), pela equipa técnica (em nove casos), e pela instituição financiadora (em nove casos). Quatro instituições/projectos apontaram ter existido parceria na concepção e realização da avaliação do processo formativo.

Quanto às áreas de participação dos formandos, trinta e três instituições indicaram que esta existiu na organização da formação, nomeadamente na construção de tarefas pedagógicas e no seu desenvolvimento, enquanto que dezasseis referiram a definição de conteúdos de formação. Cinco entidades indicaram que esta participação existiu na transmissão e troca de saberes e experiências dos formandos. Três instituições mencionaram que houve participação dos formandos na organização de momentos de convívio, assim com outras três referiram-na na avaliação.

Para vinte e seis instituições, o carácter inovador da iniciativa descrita prendia-se com o facto de ter existido, durante a formação, a valorização das pessoas, designadamente dos formandos envolvidos, o desenvolvimento de capacidades de relacionamento, de trabalho de grupo ou de investigação, de organização, de realização de alguma actividade, assim como pelo auxílio na construção da autonomia individual. Vinte instituições/projectos mencionaram, também, a valorização dos recursos locais e a dinamização do tecido local, e dezanove referiram a estrutura curricular e os métodos de formação escolhidos como inovadores. A dinamização da estrutura associativa foi indicada por sete instituições, enquanto que duas apontaram que a iniciativa descrita foi a primeira actividade ou projecto desenvolvido.

## 5

### Síntese das principais conclusões obtidas no *Forum*

A partir da apresentação e da discussão das actividades, bem como das respectivas sínteses escritas solicitadas aos representantes das instituições pelo grupo de investigadores, foi possível elaborar um conjunto de conclusões organizadas em cinco pontos, cujos critérios de agrupamento se prenderam com a regularidade e a singularidade dos aspectos referidos.

#### *a) Como nasceram as iniciativas*

De uma maneira geral, as iniciativas apresentadas surgiram na sequência da identificação de necessidades sociais e/ou educativas, localmente sentidas. Este processo foi inicialmente desenvolvido por uma pessoa ou por um grupo, sendo posteriormente implementado pelas diferentes instituições/projectos.

Foi sublinhada a importância de existirem “boas ideias” para o surgimento das iniciativas, por vezes com dimensões utópicas, capazes de dar sentido à acção das pessoas e de as entusiasmarem num tipo de trabalho em que o voluntariado assumia ainda um papel importante. Notou-se que em muitos casos, o sucesso das actividades dependia precisamente da originalidade de uma ideia, quantas vezes individual, que era abraçada por um grupo que a pudesse concretizar. De resto, foi destacada a importância do modo como as equipas de trabalho funcionavam e se empenhavam voluntariamente na fase inicial dos projectos.

Noutras situações, as iniciativas surgiram a partir de experiências anteriores bem sucedidas, que permitiram desencadear novos processos como, por exemplo, nos casos em que os formandos propunham uma actividade na sequência de um curso implementado. Noutros casos, as iniciativas apareceram ainda pelo conhecimento de programas que permitiam aceder a financiamentos.

### b) *Metas e objectivos*

Em diversos casos expostos, as metas das iniciativas relacionavam-se com a formação para o mercado de trabalho e para o posto de trabalho. As dimensões profissionalizantes e profissionais dos cursos apresentados evidenciavam objectivos ligados ao desenvolvimento de competências que favorecessem a empregabilidade e a integração numa empresa.

Algumas iniciativas tinham em vista a formação de formadores que fossem capazes de promover acções educativas mais escolarizadas, mas também de intervenção comunitária, animação socio-cultural e de ocupação de tempos livres para diversos grupos populacionais (crianças, adolescentes, adultos, idosos, mulheres, jovens à procura do primeiro emprego, etc.).

Ainda, em certas actividades apresentadas, eram propostos objectivos ligados às áreas desportiva e recreativa.

### c) *Participantes nas iniciativas: formadores/animadores e formandos*

Relativamente aos formadores, foi possível identificar dois tipos:

- os *profissionais*, indivíduos que detinham graus académicos ou formação específica para as áreas nas quais desenvolviam actividades. Este tipo de pessoas podia ser mais facilmente encontrado nas instituições/projectos constituídas por uma estrutura organizativa mais formalizada e com um leque variado de iniciativas e maior capacidade de intervenção social e educativa – em diversos casos, estas eram as pessoas que introduziam inovações nas actividades de educação/formação de adultos;
- os *voluntários*, indivíduos possuidores ou não de formação específica para o apoio que prestavam nas instituições/projectos e que eram sobretudo encontrados nas organizações que desenvolviam iniciativas para indivíduos aposentados, crianças ou jovens.

Durante o *forum*, os formadores/animadores presentes consideraram que as

suas principais preocupações se centravam no desenvolvimento socio-educativo e na participação dos formandos. Foi, aliás, afirmada a necessidade de promover respostas que integrassem simultaneamente dimensões sociais e educativas.

Quanto aos grupos de formandos, foi sublinhada a sua heterogeneidade, de acordo com a natureza e o conteúdo das actividades de educação/formação de adultos. As áreas de intervenção, os graus de estruturação e de formalização das acções variavam, assim como se mostrava diferenciado o envolvimento dos participantes.

Nas acções com objectivos relacionados com a formação profissional e profissionalizante os públicos eram geralmente mais homogéneos.

#### *d) Tipos de financiamento*

Foi possível identificar quatro tipos de financiamento das iniciativas:

- *financiamento próprio*, através do pagamento de quotas efectuados pelos sócios, da organização de festas e celebrações, durante as quais eram vendidas rifas, da realização de quermesses e cortejos, etc., assim como da elaboração e venda de boletins, jornais ou outros;
- *financiamento autárquico*, quer por verbas atribuídas pelas Juntas de Freguesia e pelas Câmaras Municipais, quer por diversas formas de apoio logístico que estas instituições prestavam à organização destas iniciativas;
- *financiamento através da realização de contractos-programa com diferentes ministérios* (Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e da Solidariedade ou ainda Instituto da Juventude, INATEL, etc.);
- *financiamento através de fundos comunitários*, por candidatura a diferentes ministérios ou por apresentação directa de projectos a organismos da União Europeia.

Dos tipos de financiamento propostos, assumiam crescente importância os apoios das autarquias e os financiamentos obtidos através de fundos comu-

nitários. Estes últimos, embora tivessem permitido consolidar aquelas associações com dimensão e capacidade de intervenção já significativas, configuravam um quadro de incerteza inscrito nas dificuldades de planeamento antecipado das acções, de desconhecimento da sua aprovação e pela indefinição dos tempos que mediavam as candidaturas e a sua aprovação.

Também, neste conjunto de modalidades de financiamento, constatou-se que uma parte delas não se destinava especificamente a actividades de educação/formação de adultos, o que agravava o quadro de incerteza no qual eram promovidas as iniciativas.

Verificava-se, ainda, que as regras das candidaturas a apoios comunitários induziam a formalização dos processos de organização e financiamento, facto que contribuía para a rigidificação das estruturas organizativas e para a qualificação dos técnicos. Para além destes aspectos, a lógica da calendarização pouco flexível comprometia muitas vezes a sequência e a continuidade das actividades.

#### *e) Aspectos inovadores*

Diferentes aspectos foram identificados. Pela frequência e relevância, destacamos os seguintes:

- A diversidade de temas e conteúdos abordados nas iniciativas de educação/formação de adultos, em que alguns remetiam para dimensões mais escolarizadas da formação, enquanto que outros se relacionavam com a animação cultural e a realização de actividades recreativas (pela utilização de recursos multimédia, pela dinamização de ludotecas e bibliotecas, etc.). Na generalidade dos casos, foi mencionada a importância da interdisciplinaridade na abordagem de temas que não se apresentassem atomizados ou compartimentados, afastando-se a maioria das iniciativas da educação formal;
- A utilização de métodos pedagógicos que apontavam para a realização de acções não-formais, que facilitassem a progressiva participação dos

formandos e o desenvolvimento de competências. Neste sentido, foram referidas diferentes estratégias pedagógicas que visavam o desenvolvimento de actividades de formação individualizada, da *reflexão na e sobre a acção* (SCHÖN, 1992) e da *investigação na e pela acção* (ESTEVES, 1989);

- A valorização das formas de participação em que as actividades surgiam das necessidades das pessoas, verificando-se uma maior relação com o meio, com a promoção da capacidade de intervenção social e política e da cidadania.  
Foi destacada, também, a importância crescente da mutualização e da articulação entre as diferentes parcerias locais, ainda que fossem referidas as dificuldades no diálogo entre as diversas instituições/projectos. Estes modos de articulação foram considerados como imprescindíveis para que se pudessem desenvolver processos integrados e endógenos de educação/formação de adultos;
- O recurso a estratégias de avaliação consideradas inovadoras, em que se valorizava os percursos individuais dos formandos e as aquisições teóricas e práticas;
- A diversificação de aspectos de organização das acções, uma vez que as instituições/projectos passavam de estruturas flexíveis de trabalho que, em alguns casos, se traduziam numa certa desorganização, para a criação de novas formas de organização mais adequadas aos objectivos das actividades e aos contextos sociais e educativos de intervenção;
- A criação de espaços de pesquisa e de reflexão no seio das próprias instituições, na procura de novas soluções para problemas antigos, na construção de diferentes estruturas de organização e de trabalho, na definição de métodos pedagógicos mais activos e participativos. Em alguns casos, as próprias instituições constituíram-se em espaços de problematização, apresentando os responsáveis, os formadores/animadores e os formandos maior sentido crítico e capacidade de análise.

## 6 Conclusão

A análise da informação recolhida até ao momento, conseguida pela combinação de uma abordagem predominantemente quantitativa (o questionário) com uma abordagem qualitativa (o *forum*), permite adiantar algumas conclusões ainda provisórias, uma vez que conhecerão maior desenvolvimento através dos casos que, posteriormente, virão a ser objecto de estudo mais aprofundado.

Desde logo, podemos identificar formas e modos distintos de associativismo<sup>8</sup> o que leva a acreditar que hoje já não se poderá falar de um movimento associativo, mas antes de *movimentos associativos*. A amostra do tecido associativo português que analisámos na primeira fase da investigação desvendou um contexto plural onde se inscreve uma heterogeneidade de modos e tipos de associação, cuja variação se configura de acordo com o tempo de existência das instituições, dimensão, estrutura, cultura organizacional, áreas de intervenção, etc. Encontrámos associações de raiz popular, criadas no período pós-revolucionário (de 1974 a 1976), associações surgidas durante o Estado Novo, na sua maioria a desenvolver actividades desportivas e/ou recreativas, e “associações de novo tipo”, de estruturas complexas, organizadas após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Outro facto que nos foi possível reter é que, na pluralidade e diversidade dessas instituições associativas, pode desenhar-se o percurso dos seus *ciclos de vida*: o momento da sua criação foi vivido por todas elas de forma mais ou menos idêntica, com as mesmas dificuldades, problemas iniciais de financiamento, ausência de instalações, carência de recursos, etc., mas ainda com semelhantes possibilidades, como o entusiasmo, a militância, o empenhamento, a persistência, embora tenham evoluído de seguida para diferentes concepções e formas de organização e distribuição de poder e para sistemas de relações internas e externas de maior complexidade e densidade.

umas institucionalizam-se, tornam-se organizações de matriz técnica e

profissional, de pendor mais vertical e directivo, transformando-se na maioria dos casos em instituições privadas de solidariedade social (IPSS). Outras avançam por uma via menos formal e menos vinculada ao Estado, embora com ele tenham de interagir, delineando a sua acção num estilo de maior horizontalidade e proximidade com os sócios e as populações e continuando a acreditar e a recorrer ao trabalho voluntário e benévolo.

Parece poder afirmar-se que tanto aquelas instituições que *sobreviveram* em melhores condições à recessão associativa do período da normalização da sociedade portuguesa (pós revolução) como as de mais recente criação foram-se tornando cada vez mais fortes e enraizadas ao nível local, alcançaram a credibilidade dos poderes instituídos e estabeleceram ligações mais estreitas e estáveis com as organizações públicas. Conquistaram, ao mesmo tempo, a confiança das populações e passaram a constituir-se como um lugar de referência nas suas comunidades de pertença. Procuram pluralizar as suas ofertas em diferentes campos de acção, adaptar-se às necessidades locais e responder aos problemas sociais mais urgentes (ou mais visíveis), delimitando e diversificando os públicos destinatários – com principal incidência nos grupos sociais mais fragilizados, desde crianças, jovens, idosos e mulheres, até indivíduos analfabetos, pouco escolarizados ou sem qualificações profissionais.

Outra nota a registar é a presença de novos elementos – valores, crenças, linguagens, artefactos, símbolos, procedimentos, etc. – no *comportamento* dessas entidades. Nas instituições com maior tempo de existência, e logo com uma estruturação mais longa, estes aspectos vão inscrever-se na sua cultura organizacional, sem que no entanto desapareçam das suas práticas traços característicos de conjunturas de um passado relativamente recente (por exemplo, do pós 25 de Abril de 1974).

Para além das dimensões do lazer, da animação, da cultura, do património e da tradição, a dimensão económica vai ganhando cada vez mais peso na actual definição dos campos de intervenção, nas opções de trabalho e nas iniciativas de grande parte destas entidades. Deste modo, a captação de recursos converte-se em preocupação central das entidades associativas, pelo que a maioria orienta a sua acção no sentido do aproveitamento de oportunidades de financiamento, através da candidatura a programas com

fundos estatais ou de proveniência comunitária que, não podendo deixar de influenciar ou mesmo de determinar as suas opções, se procuram depois ajustar às necessidades locais. Percebe-se, assim, que a acção das diferentes entidades se joga na intersecção entre dinâmicas endógenas e ofertas exógenas, no encontro entre os movimentos *de cima para baixo* e *de baixo para cima* e, simultaneamente, no cruzamento entre lógicas de desenvolvimento local e lógicas de solidariedade social, em que é dada importância estratégica às parcerias locais e institucionais.

No entanto, de acordo com os representantes das instituições/projectos, os processos de financiamento e de distribuição dos recursos nem sempre aparecem suportados por critérios claros e/ou precisos, cuja principal explicação encontram na inexistência de uma política pública social e/ou educativa, tornando-se por essa razão susceptíveis de aplicação subjectiva e não raramente de pouca transparência.

Um outro aspecto a sublinhar remete para a necessidade de estabelecer uma diferença entre as *iniciativas* e as *entidades* no seio das quais aquelas acontecem. As iniciativas são inúmeras vezes propostas, desenvolvidas e acompanhadas por uma pessoa, individualmente considerada. É por isso frequente, sobretudo por parte de entidades que vivem situações de crise social e financeira, o surgimento de desconfiança, insegurança e receio face a propostas inovadoras e que se traduzem geralmente em gestos de resistência ou descrença. Só a visibilidade institucional e o reconhecimento social permitem que essas iniciativas venham a ser valorizadas, assumidas e legitimadas no interior das organizações associativas.

Se foi possível identificar distintos tipos de associações promotoras de acções de educação/formação de adultos popularmente iniciadas – no sentido em que o conceito é utilizado neste projecto –, também consideramos existir distintos tipos de iniciativas. As actividades descritas nos questionários e no *forum* apresentam-se-nos com contornos diversos: diferentes objectivos, conteúdos, estratégias metodológicas e de avaliação, modos de financiamento e participantes envolvidos – técnicos, animadores, formadores ou formandos. Das iniciativas descritas, é-nos possível identificar, pelo menos, duas categorias agregadoras, em termos da sua dimensão e da sua forma de

organização. Algumas actividades, sendo acções que surgiram por iniciativa de uma ou mais pessoas, apresentam, em termos de objectivos, conteúdos e métodos, uma estrutura simples e informal, apoiam-se em poucos recursos pedagógicos e são dinamizadas por apenas um formador, e nelas participa um pequeno grupo de formandos. Outras, que evidenciavam uma estruturação mais rígida, formalizada e complexa, inserem-se hoje em projectos mais vastos e com objectivos, conteúdos e métodos pedagógicos mais rigorosos, definidos por profissionais e/ou técnicos especializados.

Por outro lado, na definição e análise das actividades que consideraram inovadoras, as entidades inquiridas não se centraram na dimensão da iniciativa ou em aspectos quantitativos (financiamento, número de participantes, duração da actividade, etc.), mas mencionaram antes critérios de natureza qualitativa, como a melhoria e o reforço da imagem da associação, os aspectos organizativos, as metodologias, a pluri/multi/interdisciplinaridade<sup>9</sup>, as formas de participação, a relação entre a entidade, a actividade e o meio, as modalidades de avaliação, os impactos internos e externos e os ganhos pessoais e colectivos na conquista da emancipação, da autonomia, da responsabilização, da formação cívica e no desenvolvimento de capacidades e competências.

Considerámos que algumas iniciativas foram popularmente iniciadas, se por esta expressão se entender actividades surgidas a partir de uma “boa ideia” de uma pessoa ou de um pequeno grupo, caracterizada por uma gestação espontânea e com preocupações de promover uma acção ou de resolver um problema local. No entanto, na maioria dos casos, estas iniciativas acabaram por ser posteriormente desenvolvidas com o apoio de estruturas associativas ou projectos que lhes deram sequência e permitiram estabelecer ligações, articulações e parcerias, de forma a serem conseguidos os recursos necessários à sua concretização.

Para além destas iniciativas de origem eminentemente endógena, identificámos ainda muitas outras actividades e projectos que designamos de *socialmente induzidos*, na medida em que foram construídos com base em estruturas organizativas complexas e por técnicos ou profissionais qualificados, por referência e com recurso a programas estatais cuja finalidade consiste em procurar soluções para problemas locais, percebidos ou identificados

por organismos da administração central. Em diversos destes casos, as iniciativas enquadram-se em projectos mais abrangentes com financiamentos substantivos, objectivos educativos, sociais ou culturais definidos a partir de linhas políticas globais e através de estratégias de intervenção especificamente planeadas para determinados contextos sociais. A concepção local de programas nacionais fez emergir um conjunto diferenciado de acções disseminadas pelo todo nacional, solidamente pensadas e construídas em articulação com as políticas e as ofertas nacionais, tanto no domínio estritamente social, como no domínio da educação/formação.

Em suma, podemos adiantar nesta fase que se regista a coexistência de instituições com estruturas e objectivos menos ambiciosos, para as quais os apoios financeiros são importantes, mas não vitais na implementação das actividades, com entidades que desenvolvem projectos de maior grandeza e complexidade, em que os recursos económicos se constituem em forte preocupação. Estas instituições necessitam cada vez mais de assegurar os financiamentos que garantam a sua sobrevivência e existência, no sentido de poderem responder às crescentes solicitações sociais e educativas dos contextos em que se inserem e onde o Estado parece ter dificuldade ou pouca capacidade para intervir.

Pensamos que tanto as instituições com estruturas menos formalizadas como as entidades mais complexas e implementadoras de grandes projectos socioeducativos ocupam um espaço importante na sociedade portuguesa, na promoção de actividades educativas e formativas, de animação sociocultural e comunitária, de defesa do património, etc.

Muitas das acções desenvolvidas protegem os Direitos Humanos e promovem a cidadania e as práticas democráticas, apresentando-se como espaços de reflexão, de problematização e até de investigação para técnicos, formadores, formandos e instituições. Parte destas instituições tem também implementado iniciativas que reforçam a ligação dos indivíduos aos contextos locais, oferecendo em muitos casos as únicas respostas a muitos problemas e necessidades identificados. Nestas acções, sobretudo nas actividades de carácter social, registam-se formas de expansão e aprofundamento das solidariedades locais, assistindo-se por vezes à substituição do Estado providência, que não se pode afirmar ter alguma vez existido em Portugal.

## Notas

<sup>1</sup> A expressão educação/formação de adultos popularmente iniciada foi diversas vezes discutida nas reuniões de trabalho, devido à pluralidade de significados que apresenta. Foi decidido que por esta expressão se entendia as iniciativas de educação/formação de adultos que tivessem sido definidas e organizadas por pessoas, grupos ou instituições sem intervenção directa de organismos estatais (em particular na fase inicial de concepção e planificação das actividades).

<sup>2</sup> Da totalidade dos questionários enviados, referimos ainda que sete foram devolvidos devido a erro na morada. Também, oito questionários foram devolvidos sem preenchimento, mas encontravam-se acompanhados de justificação na qual, na generalidade dos casos, se referia que a instituição inquirida não desenvolvia acções de educação/formação de adultos.

<sup>3</sup> O critério utilizado para a definição das categorias relativas à distribuição geográfica seguiu a organização do território correspondente às Comissões de Coordenação das Regiões (C.C.R.).

<sup>4</sup> Ao compararmos a distribuição dos questionários enviados com a distribuição dos questionários recebidos, verificámos que as respostas não apresentavam proporção significativamente distinta. Setenta e oito por cento dos questionários foram enviados para a região *Norte*, enquanto que as respostas apontavam para 76%, dez por cento dos questionários foram enviados para a região *Centro*, enquanto que as respostas obtidas apontavam para 8,5%, sete por cento foram para *Lisboa e Vale do Tejo*, enquanto que as respostas se situaram em 12%. As percentagens utilizadas para os questionários obtidos com respostas constituíram-se num recurso estatístico, uma vez que o número total era inferior a 100.

<sup>5</sup> O critério utilizado para a definição das categorias relativas à distribuição geográfica seguiu a organização do território correspondente às Comissões de Coordenação de Regiões (C.C.R.).

<sup>6</sup> Relativamente aos conceitos educação formal, não-formal e informal, suportamo-nos nas seguintes definições:

*Educação Formal* – Por Educação Formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas. Tem, portanto, uma estrutura, um plano de estudos e papéis definidos para quem ensina e para quem é ensinado. Conduz normalmente a um determinado nível oficializado por um diploma.(...);

*Educação Não Formal* – Embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolares) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a sua finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e de locais, e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto;

*Educação Informal* – Esta designação abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida de cada indivíduo, constituindo um “processo permanente” e não organizado.” (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988: 239-240).

<sup>7</sup> Os números aqui apresentados são valores aproximados, uma vez que nem todos os respondentes especificaram os dados fornecidos.

<sup>8</sup> O termo associativismo foi utilizado neste trabalho em sentido lato, englobando, tanto grupos informais que realizavam actividades diversas como estruturas formalizadas, possuidoras de projectos, regras de acção formais, recursos humanos próprios, etc.

<sup>9</sup> Este conceito de acção plural apareceu muito valorizado nas respostas aos questionários e nas apresentações no *forum*.

## 7

## Referências Bibliográficas

- COMISSÃO DE REFORMA DO SISTEMA EDUCATIVO (1988). *Documentos Preparatórios III. Reorganização do Subsistema de Educação de Adultos*. Lisboa: Ministério da Educação.
- ESTEVES, António Joaquim (1989). "Investigação-Ação". In A. S. Silva & J. M. Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 251-278.
- GIDDENS, Anthony (1996). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- LIMA, Licínio C. (1995). "The Democratization of Democracy. A South European Democracy and Citizenship Education". In *European Conference: Political Education Towards a European Democracy*. Maastricht: Instituut voor Publiek en Politiek.
- SCHÖN, Donald A. (1992). *La Formación de Profesionales Reflexivos. Hacia un Nuevo Diseño de la Enseñanza y el Aprendizaje en las Profesiones*. Madrid: Paidós.